

Revista Portuguesa
de História

Duas notas para a História do Comércio Francês em Portugal

i

Sobre o comércio francês em Lisboa em 1585

Perdida a independência nacional em 1580 e passados os primeiros tempos de luta do pretendente D. António, Prior do Crato, que teriam tido, naturalmente, repercussões no nosso comércio externo, as relações comerciais com a França continuaram no pé em que antes estavam. Pelo menos neste ano de 1585, temos notícia de 13 barcos franceses que se encontravam em Belem, no dia 10 de Setembro. E o que nos revela um documento encontrado na Torre do Tombo⁽⁴⁾, que supomos inédito e adiante reproduzimos.

Trata-se de 3 papeis: o primeiro é uma carta do consul flamengo, João Clenardo, aos vereadores do Senado da Gamara de Lisboa denunciando a peste, que ele dizia saber existir em Bordéus, Arrochela, Dieppe, Havre, Ruão, e se ia tornando geral nos portos de França⁽²⁾; o segundo é constituído por uma carta de Jorge Pinto, que servia de consul dos franceses em Lisboa, naquela altura, dirigida a Diogo Lameira, vereador da Gamara⁽³⁾, na qual pretende pôr em dúvida as informações fornecidas pelo consul dos flamengos «pessoa de pouco crédito» que denunciou «por algum seu particular interesse ou de sua nação» tanto mais que, segundo crê Jorge Pinto, «nunca viu França», e mostra além disso, o interesse que o comércio francês teria para Portugal; o terceiro é uma «relação para os Senhores Vereadores do que eu Jorge Pinto... achei hoje io de setembro em Belem onde fui visitar 13 navios franceses que aí estão...». (*)

(*) *Corpo Cronológico*, parte ni, maço 21, doe. 7.

(2) Esta carta foi sumariada por Charles Livet in *Catalogue des documents relatifs à l'histoire de France conservés aux Archives de la Torre do Tombo*. Paris, 1869.

(3) Como tal aparece no auto de eleição de dois procuradores ás Cortes em que devia ser jurado herdeiro ao trono o Principe D. Filipe — Freire de Oliveira, *Elementos para a história do Municipio de Lisboa*, tom. ui, pág. 50. Em 7 de Janeiro de 1583.

A este Jorge Pinto, que agora servia de consul dos franceses, fora concedido por dois anos, o cargo de feitor de Achem ⁽⁴⁾, depois de uma autorização para «mandar trazer da índia mercadorias não defesas nem contratadas» ⁽⁵⁾ e lhe ter sido dada a capitania de uma das naus da índia, por uma só viagem de ida e volta ⁽⁶⁾. Filipe i concedera-lhe o ofício de consul da Nação Francesa até que o primogénito do último consul falecido, Pedro Martinez, atingisse a idade de 30 anos, necessária para tomar conta do cargo que, recebera por morte de seu pai, como se conclue do alvará de Jorge Pinto.

O ofício de consul dos franceses era, nesta época, de nomeação régia, sem intervenção nem indicação do rei de França, e o indivíduo escolhido para o exercer não o era, obrigatoriamente, entre os naturais franceses residentes em Lisboa. Eis duas conclusões extraídas dos alvarás de nomeação de Pedro Martinez ⁽⁷⁾, Jorge Pinto ⁽⁸⁾ e João Roiz⁽⁹⁾. João Roiz, filho segundo de Pedro Martinez, sucede a seu irmão Diogo Roíz da Ribeira, o primogénito, que entra em religião.

Na sua carta, Jorge Pinto chama a atenção de Diogo Lameira e, por consequência, da Municipalidade, para o valor do comércio com a França e para a importância que ele assume no abastecimento da capital em cereais. De tal carta podem tirar-se as seguintes conclusões:

- 1 — Que as duas mercadorias mais importantes deste tráfico são o trigo, que trazem os franceses e o sal, que constitui o retorno. O cereal que os franceses traziam, era, geralmente, necessário não só para o abastecimento da cidade como para o biscoito das armadas e provimento dos lugares de África.
- 2 — Que a colheita do trigo fora naquele ano muito abundante em França ao passo que havia uma grande falta

⁽⁴⁾ Ghanc. de Filipe i, Doações, liv. 7, foi. 153 — 21 de Abril de 1583.

⁽⁵⁾ Ghanc. de Filipe 1, Doações, liv. 4, foi. 16 — 24 de Janeiro de 1582.

⁽⁶⁾ Ghanc. de Filipe 1, Doações, liv. 4, foi. 16— i5 de Dezembro de 1581.

⁽⁷⁾ Ghanc. de Filipe 1, Doações, liv. 5, foi. 21 — 27 de Maio de 1582.

⁽⁸⁾ Chanc. de Filipe 1, Doações, liv. i5, foi. 124 v.º — 10 de Agosto de 1585.

⁽⁹⁾ Chanc. de Filipe 1, Doações, liv. 17, foi. 2i5 v.º — 1 de Julho de 1588.

de sal. Esta falta de sal estava a provocar uma subida do preço da mercadoria, em Portugal, que em trinta dias passara de 250 reais o moio para 500 reais e era de esperar que atingisse em breve, 1000 reais. Há dez ou doze anos atrás, pela mesma razão, o sal subira de 300 reais o moio, que era o preço normal, para 3000. O encarecimento de que a procura francesa era causa, traria, provavelmente, à Fazenda Real um aumento de renda de cerca de 200 mil reais, além do proveito resultante do facto de flamengos e mais estrangeiros se sugitarem à alta provocada pelos franceses e terem de levar o sal pelo mesmo preço.

- 3 — Que as cidades mais prejudicadas com a paralização do comércio ou dificuldades postas, quarentena, etc., pelas autoridades portuguesas, por virtude da peste que se dizia haver, eram Lisboa e Setúbal ⁽¹⁰⁾.

Aconselha Jorge Pinto a que se mande fazer um inquérito por toda a costa de França «porque em duzentas léguas que ha de costa não pode estar tudo impedido». Encarregar-se-ia o embaixador de Sua Magestade Católica, em Paris, D. Bernardino de Mendonça, de informar do que soubesse e enviar um homem que corresse a costa e desse aviso de «quais são os lugares impedidos e quais são os lugares sãos». Então se tomaria uma resolução fundamentada.

A relação dos navios franceses que estavam em Belém contém indicações relativas a 13 navios, como dissemos. Os três primeiros vindos de Olona (Sables d'Olonne) não trazem mercadoria e vêm ao sal. Dos outros, quatro trazem panos, lenços e lonas, e deles ainda dois com favas; há um com peixe da Terra Nova, outro com papel e lençaria, mercadorias provenientes de Angouleme e carregadas na ribeira de «Xarante» ⁽⁴¹⁾ e os restantes com mercadorias não indicadas ou roubados. No total, vêm ao sal 5 embarcações sendo 3 de Olona e 2 da Bretanha.

Quanto à proveniência dos navios, se atendermos apenas às

^(1#) Não vá julgar-se que estas eram as únicas cidades portuguesas que comerciavam com a França, e sal e trigo as únicas mercadorias trocadas.

⁽⁻¹⁾ Provavelmente em Rochefort.

reduzidas indicações de localidade que aparecem citadas ⁽¹²⁾; dos treze navios de que Jorge Pinto dá notícia, 6 partiram da Bretanha — Audierne, Brest, Morbihan (certamente do porto de Vannes) e Bre'duit(P). Por portos, Olona aparece com 3 menções, Audierne com 3 e Marselha com 2.

Resulta deste inque'rito feito por Jorge Pinto, que só há peste em Bordéus e Arrochela. Alguns mestres e mercadores, não sabemos se todos, foram perguntados sobre o que sabiam de D. António, Prior do Crato. Três responderam à pergunta: dois que não sabiam do pretendente e o terceiro que «ouvira dizer por certo que D. António era partido para Inglaterra». Filipe n procurava seguir os manejos de D. António e colher informações, mesmo através dos capitães e mercadores franceses que vinham a Portugal e reproduziam as notícias que ouviam. Esta notícia da partida de D. António devia ter sido tida em grande conta, tanto mais que a 15 daquele mesmo mês e ano partia de Plymouth a expedição de Drake.

Segue-se o documento ⁽¹³⁾:

Senhor

Fiquei ontem ião espantado do que Vossa Mercê me disse que Sua Alteza mandava neste negócio dos franceses, que a todo o francês se dê degredo maiormente ser por informação de pessoa de pouco credito e que o fará por algum seu particular interesse ou de sua nação, como é o consul dos flamengos, que creio nunca viu França. Pesando e considerando êste negócio não pude deixar de fazer discurso e estimação deste negócio e da perda e dano que receberão os vassallos de Sua Magestade, neste reino.

Primeiramente que há a mesma falta de sal que houve em França há dez ou doze anos que veio a valer 3000 reais o moio de 300 reais que é o seu ordinário preço, que podia montar isto mais de duzentos mil reais.

Mais os direitos das mercadorias que podem vir dos lugares são de França montarão muito dinheiro.

Mais que esta cidade não se pode manter boamente de pão sem virem os bretões com trigo e êste ano houve as melhores novidades de trigo em

<< A indicação da residência ou naturalidade do mestre, não é suficiente para determinar o porto onde o navio é armado. Por outro lado, o facto de, em muitos casos, só se apontar o local donde é o mestre tenta-nos a pensar que não haverá grande discordância entre esse local e o porto donde a embarcação partiu.

⁽³⁾ Este documento foi encontrado e copiado há cerca de um ano, sem a preocupação de vir a publicá-lo. Agora, quando elaborámos o presente artigo, procurámos o documento no maço em que devia estar no G. G. e não o encontrámos. Pedimos, portanto, desculpa de algumas falhas de leitura que possam vir a aparecer.

França que tem havido de muitos anos a esta parte e vindo dali valeria aqui barato e deixando de vir valeria muito caro que é em grande prejuizo de todo o povo e montaria muito, alem do descómodo que haveria em muitas coisas como é no biscoito para as armadas de Sua Magestade e assim para o provimento dos lugares de África, o que tudo isto pesado e bem entendido seria mui grande perda não virem os franceses dos lugares são a este reino por todas as razões atrás.

Pelo que debaixo de melhor juizo Sua Alteza deve de mandar tomar mui madura e verdadeira informação deste negócio por pessoas de crédito flamengos, franceses práticos e portugueses práticos de que se presume lhes não vai interesse particular e não dar credito a pessoas de pouca sorte. Pela importancia do negócio assim em não consentir entrar franceses de lugares impedidos que gastem à terra como também em não mandar vedar os que poderão vir de lugares são trazendo tanto proveito ao reino porque em duzentas e cinquenta léguas que há de costa não pode estar tudo impedido, quanto mais que não se sabe senão da vila de Bordéus e Arrochela e este negócio sofre que esta cidade e Setúbal o peçam e supliquem assim a Sua Alteza e que alem da informação que aqui se tomar se dê aviso a D. Bernaldino de Mendonça, embaixador de Sua Magestade em França para que de Paris mande verdadeira informação donde se poderá saber a verdade deste negócio de toda a costa por avisos que disso há e o pode avisar a Sua Alteza mui de breve*

E alem disso poderá o dito embaixador expedir um homem que corra toda a costa e lhe dê verdadeiro aviso quais são os lugares impedidos e quais são os lugares são, e governar-se esta cidade pelo seu aviso que será verdadeiro e não pela informação de quem nunca viu França. O que não poderá custar de 200/300 reais arriba com o que se poderá aproveitar mais de duzentos mil reais somente no sal.

Alem dos direitos das alfandegas e alem do proveito do trigo.

E estes 200 ou 300 reais que se fariam de gasto em se saber este negócio para por ele mandar governar Sua Alteza esta cidade se poderiam tirar do sal que não sairia a três reais por moio, porque está visto que de 30 dias a esta parte de 250 reais o moio subiu a 500 reais/e está o negócio de maneira e se vai aparelhando que suba a mais de mil reais o moio e este proveito e alça que fazem e causam franceses no sal também o levarão todas as urcas pelo mesmo preço/que montará o proveito das naus flamengas na alça do sal /de que franceses serão causa mais de outros duzentos mil reais / de sorte que para tamanho proveito bem se pode fazer alguma despesa/E tomar como digo mui... e verdadeira informação a fim que se não perca. Vossa Mercê me perdoe ser nisto largo porque o faço com verdadeiro zelo do serviço de Deus e de Sua Magestade e bem deste reino. Nosso Senhor a muito ilustre pessoa de Vossa Mercê Guarde e em mui maior estado acrecente como Vossa Mercê deseja. De Lisboa a 11 de setembro de 1585.

Beija as mãos de Vossa Mercê
seu servidor

Jorge Pinto

No verso: Ao muito ilustre Senhor Diogo Lameira

Relação para os Senhores Vereadores do que eu Jorge Pinto que sirvo de consul dos franceses achei hoje io de setembro em Belem onde fui visitar i3 navios franceses que aí estão, nesta maneira abaixo

João orneras vizinho de olona 14 leguas darrochella ha onze dias que partio não traz mercadoria vem cargar de salí diz que morrem em bordeos de peste. E o mesmo na arochella mas não tanto /. não sabe de dom antonio /. nem da naao da jmdia que laa aja aportado

Pierre boyer de olona. 14. leguas darrochella mestre da naao luisa, não traz mercadoria, vem ao sall. haa doze dias que partio de olona — diz o mesmo que o outro acima

João godom de olona. 14 leguas darrochella mestre da naao Labonaventura/não traz mercadoria vem ao sall haa 12 dias que partio diz que ouviu o mesmo que os de acima

João trocas vizinho de brest mestre da naao la mixella traz algúas lonas lemços e Panos, partio Aa 12 dias largou mesmo de brest. diz que morrem em bordeos/não sabe daRochella. são de sua terra com leguas ateRochella/

Guilherme mat vizinho de odierna em bretanha 100 leguas da rochella mestre do navio La catarina não traz nada vem Roubado A 12 dias que partio, diz ouviu dizer que morrem em bordeos e na Rochella/

Jucat buarne vizinho de odierna mestre diz que Partio Aa doze dias traz lonas e favas. diz ouviu que ha Peste em bordeos e aRochella / são dali 100 leguas não sabe nada de D. Antonio

Lucas de la mota de odierna em bretanha. 100. leguas da rochella ha 12 dias que partio, traz lonas e favas diz o mesmo que morrem em bordeos e aRochella.

esteuão da gualhardia mestre da naao la maria vem de Terra noua Roubado mas não de todo traz pescado he vizinho de bayona de cabretom. 32. leguas de bordeos /e 60 leguas da Rochella.

Jaques Ramondim vizinho de marselha mestre da naao santa maria boaventura flor de lix traz alguma pouca de mercadoria / não ha peste em sua terra vem correndo a costa / traz patente de malegua e doutras partes

Guaspar guilhet de Marselha mestre da naao sam Roque traz pouca mercadoria não haa laa mall traz as mesmas patentes que o precedente

Elben le coer mestre da naao Comceição/vizinho de morbiam 50 leguas da Rochella/traz fardos de mercadorias partio ha 12 dias vem ao sall/

João Le burque mestre da naao la bdnaventura vizinho de breduit em bretanha—110 leguas darrochella traz olonas ha 12 dias que partio vem ao sall/

João odoym vizinho de olona mestre da naao La catarina / traz papell e lemçaria / partio ha 12 dias/cargou na Ribeira de xaramte / 6. leguas da Rochella/e a mercadoria diz que vem damgolema. 26. leguas da Rochella

diz que morrem em bordeos/e o mesmo na Rochela mas na Rochela ha aplacado muito /não sabe de naao da índia/disse o mercador desta que ouujra dizer por certo que d. antonio era partido pera Imgraterra

Joam gritao de olona leo que jaa ca estaa
todos estes mestres dizem isto per juramento

os que estão na cidade visitarej
amanhã / mais não ha que falar

Jorge Pinto

II

Sobre o comércio de La Rochelle com os Açores no século XVII

Durante o século xvi os franceses iam buscar aos Açores, principalmente, mercadorias que os navios provenientes do Brasil e das índias Ocidentais lá descarregavam quando arribavam: pau brasil, tabaco, coiros, cochonilha, etc. (4).

Este comércio interdito depois da tentativa de desembarque francesa de 1583 (2), foi-se reconstituindo no tempo de Henrique iv, apesar do pesado imposto decretado por este Principe sobre as mercadorias de tal origem e da severa fiscalização exercida pelos espanhóis. Tal imposto, embora fosse uma dificuldade para o comércio, não conseguiu, no entanto, impedi-lo. Nos arquivos de La Rochelle, por cujo porto se comerciava então com os Açores, não se encontraram indícios da cobrança de tal direito (3) e, no entanto, o comércio continuava a fazer-se.

No início do século xvii enviava La Rochelle às nossas Ilhas tecidos, papel, retrozaria, ferro, quinquilharias, breu, resina, bacalhau seco, algum sal e queijo (4).

O porto mais frequentado era o de Angra na Terceira, embora algum comércio se fizesse também pelos portos do Faial e S. Miguel (5). O tratado de 12 de Outubro de 1604, com a Inglaterra e França,

(1) Fagniez — «Le commerce de la France sous Henri iv, in *Rev. Historique*, tomo xvi.

(2) *Idem*.

(3) M. Trocmé — *Le commerce Rochelais à la fin du xvième et au début du xviième siècle*.

(4) M. Trocmé, *ob. cit.*

(5) Trocmé, *ob. cit.*

que abolia o direito de 3o % sobre as mercadorias provenientes destes países, encontrou resistências para o seu cumprimento em alguns lugares do Reino entre os quais figura a Ilha de S. Miguel (6).

Entre os armadores de La Rochelle interessados no tráfico, neste primeiro quartel do século, figuram membros das famílias Allaire, Guitón, Deslandes, Piccassarry, alguns deles de grosso trato na cidade (7). Os nomes das famílias Allaire e Guitón encontram-se inscritos nos registos da Igreja Reformada (8).

No decorrer do século, frequentemente, barcos franceses de La Rochelle ou de outras partes, eram fretados nos portos da Metrópole para viagens aos Açores onde iam carregar cereais para abastecimento da capital. Uma consulta da Gamara de Lisboa ao Rei, de u de Outubro de 1631, refere-se a provisão concedida a vários franceses, para se empregarem neste tráfico, que não fora tida em consideração pelo Conde de Vila Franca (9). Além de franceses, navios de outras nacionalidades iam aos Açores em busca de pão para Lisboa. Em Abril de 1641 foi concedida a isenção do direito do sal embarcado em navios estrangeiros para os domínios ultramarinos, nomeadamente os Açores, com a condição de na viagem da volta, carregarem trigo para Lisboa, ao requerente Gonçalo Roiz da Cunha, que fretara tres navios para tal fim (10).

Desde Março até ao fim do ano de 1633, o exame dos registos dos notários Moreau e Cousseau de La Rochelle (11) fornecem quatro contratos de fretamento de barcas para a Terceira. Num dos casos trata-se de uma viagem directa La Rochelle-Terceira-La Rochelle (12) e nos outros três há escala por Lisboa ou Madeira.

(6) Alvará de 22 de Dezembro de 1605 — Andrade e Silva, *Col. Cronológica de Legislação*, 1.

(7) Trocmé, *ob. cit.*

(8) P. Boissonade, «La Marine Marchande, le Port et les Armateurs de La Rochelle à l'Époque de Colbert» in *Bulletin de la Section de Géographie — Comité des Travaux Historiques*, tomo xxxvii, 1922, pág. 21.

(9) Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tomo in, pág. 449.

(10) Documento existente no Arquivo Histórico Colonial — Caixa Açores, 1607-1688.

(11) Archives Départementales de la Charente Maritimee.

(12) Os quatro registos são dos livros do notário Cousseau = 3o de Março, 29 de Abril, 10 e 14 de Maio de 1633. Nos livros do notário Moreau não encontrei nenhum contrato de fretamento para os Açores nesta data.

A barca que faz a viagem directa leva milheiros de peixe seco, naturalmente bacalhau, e dez barricas de óleo de peixe. Não se indicam as mercadorias transportadas pelas outras barcas.

Depois da Restauração o comércio francês dos Açores continuou apesar da pirataria dos espanhóis que davam caça a todos os navios franceses que se dirigiam a portos portugueses. Os armadores de La Rochelle procuraram vencer este obstáculo ao comércio regular carregando as mercadorias em navios holandeses ou fazendo navegar os seus barcos com bandeira, mestre e tripulação holandeses. Veja-se, entre muitos documentos que poderia indicar para prova da afirmação acima, a declaração de Henry Vlamin «bourgeois et proprietaire du navire nommé La maison de Muzen... lequel vaisseau jl fait nauiguer a cause de la guerre quy est entre la france et L'Espagne soubz le nom de Guillaume Henry demeurant a amsterdam et Soubz la baniere de hollande et le maistre Et l'Esquipage hollandoise pour fauorizer son négoce et empecher la prise et déprédation quy pourroyent faire Sur luy Les espagnols dudit nauire et cargaison comme françoise s'il ne se seruoit du nom dudit Guillaume henry et de la baniere hollandoize»... etc. ⁽¹³⁾.

E talvez o caso do «Prophète Daniel» de Amsterdam, contratado pelo mesmo Henry Vlamin de La Rochelle para uma viagem à Madeira e aos Açores em 1667 ⁽¹⁴⁾.

Durante esta segunda metade do século a principal mercadoria carregada nos Açores em barcos franceses, pelo menos a única que aparece indicada nos documentos, e destinada às Antilhas, segundo os dados encontrados nos «Archives Départementales de la Charante Maritime» (La Rochelle), foi o vinho.

No primeiro de Março de 1671 parte de La Rochelle o «Philippe» que passa na Terceira e chega ao Faial em 24 de Abril, onde tomou i8o pipas de vinho para as Antilhas ⁽¹⁵⁾.

Em 1675 a barca «Diligente», segundo o relato do seu mestre, Louis Ramé, de 7 de Junho do mesmo ano, fizera a viagem directa de La Rochelle ao Faial onde desembarcara mercadorias ali destinadas e carregara vinho para o mesmo destino ⁽¹⁶⁾.

⁽¹³⁾ i de Novembro de 1667 — Arch. Char. Mart., B. 5663 — 107.

(H) Arch. Char. Mart. — Série B. 5563 — 18.

⁽¹⁵⁾ Idem, Série B. 530—226.

⁽¹⁶⁾ Idem, Série B. 5674 — 68.

Outros navios são fretados também para viagens aos Açores, especialmente às ilhas Terceira e Faial e volta a La Rochelle. Não conseguimos, no entanto, apurar quais as mercadorias que transportavam, pois os documentos não as mencionam. E de presumir que fossem as mesmas que constituíam este tráfico no início do século.

Ocasionalmente outros produtos se trocavam entre franceses e açorianos quando acontecia os seus barcos tocarem em portos do Arquipélago, ou para abastecimento ou para se abrigarem do temporal. Eis um exemplo: Pierre de Congerie, mestre da nau «Marie» de 350 tonéis, relata que «venant de Guinée, allant à Marseille, manquent de vitadles furent obligés de relâcher a la Tersiere a la rade de la ville dengras au mois de febvrier dernier de la présente année de 1680 en laquelle ville il mit pied a terre et pris dans ycelle les vitalles et rafreschissements qui lui avoient été fournis par le sier negre, consul de la nation francoise en la ditte Isle de la Tersiere et luy donna pour le payement du tout deux négresses et un noir et quelques jours après auroit vendu un noir a la sollicitation du dit consul de la Nation française au sieur Louis Dalenhado Thoar, juge coregedor des dites Isles de Tersiere... pour iy5 livres de monnaie de France, qui font 35000 reis de Portugal... etc. (17).

Esta segunda metade do século xvii deve corresponder à decadência do comércio francês nos Açores, que não pode, por enquanto, saber-se ao certo se, em algum tempo, foi muito importante, embora o simples facto da existência de um cônsul francês em Angra implique normalmente, relações comerciais estreitas. A verdade é que, para o período que vai de 1657 a 1685, vinte e oito anos, apenas encontramos nos fundos do Almirantado de La Rochelle, existentes nos Arquivos de que nos temos servido, série B, notícias referentes a 7 navios que fizeram «le voyage des Açores». Nestes 7 casos trata-se, evidentemente, de barcos de La Rochelle. Encontramos também menção de uma barca de Sables d'Olone fretada em 1656 para a viagem dos Açores e volta a Nantes, navio e mercadorias asseguradas em Amsterdam (18).

Os navios mais geralmente empregados neste tráfico são de

(17) Arch. Char. Marit. — Série B. 5679 — 171.

(18) Arch Char. Marir. — Série B. 5662 — 18.

pequeno calado, na maior parte dos casos, barcas. Os quatro fretados em 1633 para a viagem dos Açores, já indicados, variam entre 40 e 55 tonéis. Entre os outros barcos que fizeram a viagem em anos compreendidos entre 1656 e 1685 figuram alguns de maior calado — o «César» de 120 tonéis (1677),⁰ «Philippe» de 140 (1671) — mas a média não atinge os 100 tonéis (19).

Na tripulação do «Le Barthélémy», de 60 tonéis, figuram dois portugueses, António Lobo, o Bravo, e Gregorio Pires (20), quem sabe se açoreanos.

Nesta segunda metade do século, tal como indicámos para o início, importantes mercadores da cidade tomam parte no comércio dos Açores, como aliás nas relações comerciais com portos portugueses, em geral. São Louis Allaire, Jacques de la Ronde, um Pagès, Jean e Cesar Godefroy aparecendo, este último, frequentemente, como capitão dos seus próprios navios. Vale a pena indicar que os apelidos de todos estes mercadores aparecem inscritos nos registos da Igreja Reformada (21) de que La Rochelle foi, até à revogação do Edito de Nantes, um dos baluartes.

O comércio de La Rochelle com os portos portugueses esteve, durante todo o século xvii, como esperamos demonstrar em trabalho que temos em preparação, nas mãos dos reformados. A decadência do comércio deste porto com Portugal, neste mesmo século, coincidiu com a revogação do Edito de Nantes e o cerceamento das liberdades de que os reformados gozavam. Além de outras provas a fornecer, no trabalho a que acima nos referimos, podemos, no entanto, indicar desde já que entre as famílias refugiadas, depois da revogação do Edito de Nantes, na Holanda, figuram os Godefroy e os Allaire, para falarmos só dos que eram interessados no comércio dos Açores. Em 1088 contavam-se em Amsterdam cerca de 500 refugiados de La Rochelle (22).

JUUÃO SOARES DE AZEVEDO

(18) *Idem*, Série B. 5677 — 140.

(20) O rol da tripulação é de 10 de Junho de 1679. Arch. Char. Marit Série B. 5678 — 370.

(21) P. Boissonade, *ob. ci./.*, pág. 21.

(22) *Idem*, pág. 42.